

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular,

CP Cimento e Participações S.A., com sede na Praia de Botafogo, nº 300, 10º andar, ala "A" - parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.410.855/0001-89, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, (doravante denominada "Emissora" e/ou "CP Cimento"); e

Planner Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Paulista nº 2.439 - 11º andar, cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto deste instrumento particular, (doravante simplesmente denominado "Agente Fiduciário");

vêm, por este e na melhor forma de direito, nos termos da Reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2001, celebrar o "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da CP Cimento e Participações S.A.", registrado no 3º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, na Ficha 01, sob nº 1313, em 29 de novembro de 2001.

O presente aditamento tem como finalidade realizar as seguintes alterações ao "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da CP Cimento e Participações S.A." ("Escritura"):

- 1) Aprimorar a Cláusula V "Obrigações Adicionais da Emissora", retirando-se do item V.1 as obrigações descritas nas letras "d", "e", "f" e "g", incluindo-as na Cláusula V na forma dos itens "V.6", "V.7", "V.8" e "V.9", respectivamente, que passará a vigor com a seguinte redação:

"(.....)"

V.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- a) dentro de até, no máximo, 90 (noventa) dias após o término do semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- b) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo; e



c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas, pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos previstos na citada Instrução.

V.2. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

V.3. Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, bem como fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado.

V.4. Manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar um eficiente tratamento aos titulares das Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço.

V.5. Informar imediatamente ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer dos eventos citados na Cláusula IV.1.2. "Vencimento Antecipado".

V.6. Proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações anuais.

V.7. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, devidamente auditadas.

V.8. Convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.

V.9. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos tanto à CVM como ao Agente Fiduciário, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas pela CVM.

(.....)"

- 2) Em virtude do procedimento de *bookbuilding* realizado em 04 de dezembro de 2001, que estabeleceu o *spread* de 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano, a ser acrescido à Taxa DI para a Remuneração das Debêntures, alterar os subitens III.19.1 "Juros Remuneratórios" e III.19.3 "Fórmula de Cálculo da Remuneração" da Cláusula III da Escritura, definindo-se o *Spread* no primeiro e segundo parágrafo do subitem III.19.1, acrescentar o 3º parágrafo, e na variável "s" da fórmula que define o fator do *spread* para a fórmula de cálculo da Remuneração no sub-item III.19.3 e excluindo-se a parte final do terceiro parágrafo do subitem III.19.1, que passarão a vigor com a seguinte redação:



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



"(...)

III.19.1. Juros Remuneratórios

As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, observado o disposto na Cláusula III.19.2 abaixo, equivalentes a 100% (cem por cento) da taxa média diária de juros dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros, CDI "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* de 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis ("*Spread*") ("Remuneração").

A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão, ou da data do vencimento de juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. A Remuneração das Debêntures foi definida em processo de *bookbuilding*, estabelecendo-se um o *Spread* de 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis.

O processo de *bookbuilding* consistiu na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures da Emissora em diferentes níveis de taxa de juros. A taxa de juros final foi equivalente à menor taxa oferecida pelos investidores para lotes de Debêntures cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Debêntures. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da Emissora fixou o *Spread* sobre a Taxa DI, utilizando-se dos poderes para deliberar sobre determinadas condições da 1ª Emissão de Debêntures da Emissora, que lhe foram delegados na AGE.

(...)

III.19.3 Fórmula de Cálculo da Remuneração.

$$J = VN \times \left\{ \left[\prod_{i=1}^{I=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

Onde:

J = valor da Remuneração a ser paga nas datas de seus respectivos vencimentos;

VN = valor nominal, ou saldo do valor nominal, expresso em reais (R\$) por Debênture;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



$\prod_{i=1}^{i=f}$ = produto dos i termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido); com i variando de 1 até f.

f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização.

FI = fatores de remuneração, verificados nos f dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[\left(\frac{CDI \text{ CETIP}}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right], \text{ onde:}$$

CDI CETIP = taxa média diária de depósitos interfinanceiros – DI de um dia – extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano;

dj = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa CDI CETIP;

S = fator do spread calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left(\frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}}$$

, onde:

s = spread de 1,80% ao ano, base 252 dias úteis; e

du = número de dias úteis de cada Período de Capitalização.

Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos Períodos de Capitalização subsequentes, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data



Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.



do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 dias corridos após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar a comunhão dos Debenturistas (os "Debenturistas") para, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas ("Assembléia de Debenturistas") deliberarem, em conjunto com a Emissora, a respeito do novo critério de Remuneração a ser utilizado, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 7/99 e/ou a regulamentação aplicável, sendo facultado à Emissora, caso discorde da deliberação da Assembléia de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da Assembléia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures em circulação em cronograma estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures, vigendo até o resgate o critério de Remuneração deliberado pela referida Assembléia de Debenturistas. Até a deliberação do novo critério de Remuneração será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

(.....)"

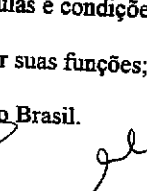
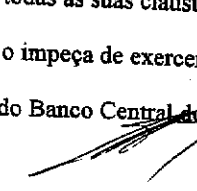
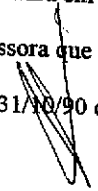
- 3) Alterar o item VI.2 "Declaração" da Cláusula VI da Escritura, retirando-se do item VI.2 a obrigação do Agente Fiduciário descrita na letra "f", tendo em vista que as Debêntures são da espécie com garantia flutuante, não existindo garantias fidejussórias ou reais prestadas pela Emissora ou por terceiros, que passará a vigor com a seguinte redação:

"(...)

VI.2. Declaração

O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o Artigo 66, parágrafo 3º, da Lei n.º 6.404/76, e o Artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83, para exercer a função para a qual neste ato é nomeado;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo, integralmente, os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e
- e) estar ciente da Circular nº 1.832 de 31/10/90 do Banco Central do Brasil.



(.....)”

- 4) Alterar o item VI.5 “Substituição” da Cláusula VI da Escritura, incluindo-se a informação sobre a remuneração do agente fiduciário substituto na forma do subitem VI.5.2 e remunerando os demais, que passará a vigor com a seguinte redação:

“(....)

VI.5. Substituição

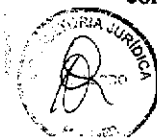
VI.5.1. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário.

VI.5.2 O agente fiduciário substituto fará jus às mesmas condições de remuneração estabelecidas para o Agente Fiduciário no item VI.4 desta Cláusula.

VI.5.3. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro-rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao Agente Fiduciário substituto como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.

VI.5.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

VI.5.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



VI.5.6. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

VI.5.7. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento desta Escritura, devendo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

VI.5.8. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da lavratura desta Escritura ou do eventual aditamento relativo à substituição do Agente Fiduciário, no caso do Agente Fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor.

VI.5.9. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emitidos pela CVM.

(...)"

- 5) Alterar o item III.12. "Destinação dos Recursos" da Cláusula III da Escritura, expondo clara e objetivamente a destinação dos recursos, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)"

III.12. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora mediante a colocação pública das Debêntures serão aplicados (i) no reperfilamento da dívida da Emissora, e (ii) em investimentos, conforme o quadro abaixo:

Destinação dos Recursos	em R\$ milhões
Reperfilamento do passivo	
Capital de giro	64,0
Investimentos (2002)	19,6
- Cimento	16,4
- Concreto	5,0
- Mineração	6,0
- Logística e Outros	3,4
Total	2,0
	100,0

(....)"



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



- 6) Incluir na Cláusula I e na Cláusula II da Escritura, referência às Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 26 de outubro de 2001 e 12 de dezembro de 2001 que deliberaram sobre a presente emissão, que passarão a vigor com a seguinte redação:

"(...)

Cláusula I Da Autorização

A presente Escritura é celebrada com base em deliberação dos acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 02 de outubro de 2001 ("AGE"), bem como nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 26 de outubro de 2001 e 12 de dezembro de 2001 ("RCAs").

Adicionalmente, a AGE delegou ao Conselho de Administração da Emissora, poderes para deliberar sobre eventuais alterações e ajustes nas condições das Debêntures, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, incisos VI a VIII da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei n.º 6.404/76").

Cláusula II Dos Requisitos

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos (a "Emissão"):

II.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

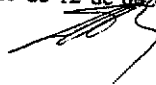
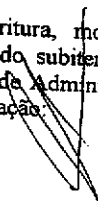
A Emissão das Debêntures será registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976 ("Lei n.º 6.385/76") e da Lei n.º 6.404/76, bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

II.2. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

A Ata da AGE e as RCAs que deliberaram sobre a Emissão foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 11 de outubro de 2001, e 13 de dezembro de 2001, e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Gazeta Mercantil em 19 de outubro de 2001 e 17 de dezembro de 2001, respectivamente.

(...)"

- 7) Alterar a Cláusula IV da Escritura, modificando-se a hipótese de vencimento antecipado descrita na letra "f" do subitem IV 1.2 "Vencimento Antecipado", nos termos da Reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2001, que passará a vigor com a seguinte redação:



“(....)”

IV.1.2. Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário poderá declarar, desde que autorizado por deliberação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos detentores das Debêntures em circulação no mercado, reunidos em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura, e a Emissora obriga-se ao pagamento do valor nominal unitário das Debêntures acrescido da Remuneração aplicável até a data do efetivo pagamento, e de encargos moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* até a data do efetivo pagamento, em até 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento de comunicação por escrito nesse sentido do Agente Fiduciário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a Emissora ou suas subsidiárias cujo montante possa, de qualquer forma, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou suspenso, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da Emissora previstas na presente Escritura;
- b) pedido de concordata formulado pela Emissora;
- c) decretação ou pedidos reiterados de falência da Emissora;
- d) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na Escritura, caso tal descumprimento não seja sanado em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, inclusive, mas sem limitação, das obrigações de natureza pecuniária;
- e) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplemento contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura;
- f) redução da participação acionária da Santo Estevão Mineração e Participações Ltda. (“Santo Estevão”) na Companhia que resulte na perda do controle acionário da Companhia pela Santo Estevão.

“(....)”

O presente aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.



Os termos utilizados neste aditamento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

Este aditamento ratifica, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes na Escritura não alteradas pelo mesmo, passando a vigorar de forma consolidada, com as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula I Da Autorização

A presente Escritura é celebrada com base em deliberação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 02 de outubro de 2001 ("AGE"), bem como nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 26 de outubro de 2001 e 12 de dezembro de 2001 ("RCAs").

Adicionalmente, a AGE delegou ao Conselho de Administração da Emissora, poderes para deliberar sobre eventuais alterações e ajustes nas condições das Debêntures, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, incisos VI a VIII da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei n.º 6.404/76").

Cláusula II Dos Requisitos

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos (a "Emissão"):

II.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão das Debêntures será registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976 ("Lei n.º 6.385/76") e da Lei n.º 6.404/76, bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

II.2. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária

A Ata da AGE e as RCAs que deliberaram sobre a Emissão foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 11 de outubro de 2001, 13 de dezembro de 2001, e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Gazeta Mercantil em 19 de outubro de 2001 e 17 de dezembro de 2001, respectivamente.



II.3. Registro da Escritura

A presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme o artigo 62, inciso II, da Lei n.º 6.404/76.

II.4. Registro no Sistema Nacional de Debêntures ("SND")

A presente Emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANDIMA"), e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"); e

II.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").

A Emissão será registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID aprovado em sua assembléia geral realizada em 27 de agosto de 1998.

Cláusula III Das Características da Emissão

III.1. Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 1ª (primeira) Emissão de Debêntures da Emissora.

III.2. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures, em série única.

III.3. Valor Total da Emissão

O valor total da presente Emissão é de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

III.4. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário de cada Debênture, na Data de Emissão, será de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

III.5. Forma

As Debêntures serão escriturais



III.6 Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

III.7 Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 05 de novembro de 2001 ("Data de Emissão").

III.8. Prazo e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de 2 (dois) anos, a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 05 de novembro de 2003 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento a Emissora se obriga a proceder à liquidação total das Debêntures em circulação, pelo saldo do seu valor nominal unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), na forma do item III.19 abaixo.

III.9. Repactuação

Não haverá repactuação.

III.10. Resgate Antecipado

Não haverá resgate antecipado.

III.11. Espécie das Debêntures

As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante.

O Valor Total da Emissão está em conformidade com o limite estabelecido na alínea "b", § 1º do artigo 60 da Lei nº 6.404/76, de acordo com o quadro demonstrativo apresentado abaixo:

Posição Consolidada em 30 de setembro de 2001

Emissão (em R\$ milhões)	
Ativo Total (em R\$ milhões)	100,0
Dívidas Garantidas por Ativos Reais (em R\$ milhões)	775,0
Ativo Total menos Dívidas Garantidas por Direitos Reais (em R\$ milhões)	57,5
Montante da Oferta sobre Ativo Total menos Dívidas Garantidas por Direitos Reais	717,5
	14%






III.12. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora mediante a colocação pública das Debêntures serão aplicados (i) no reperfilamento da dívida da Emissora, e (ii) em investimentos, conforme o quadro abaixo:

Destinação dos Recursos	em R\$ milhões
Reperfilamento do passivo	64,0
Capital de giro	19,6
Investimentos (2002)	16,4
- Cimento	5,0
- Concreto	6,0
- Mineração	3,4
- Logística e Outros	2,0
Total	100,0

III.13. Procedimento da Distribuição

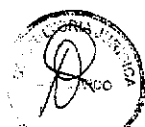
As Debêntures serão objeto de distribuição pública para colocação no mercado de balcão organizado, mediante a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no Artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980 (“Instrução CVM n.º 13/80”), sendo atendidos preferencialmente os clientes das instituições financeiras contratadas para a distribuição pública das Debêntures, não havendo reservas antecipadas nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

III.14. Negociação

As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário no SND, administrado pela ANDIMA, e operacionalizado pela CETIP.

III.15. Certificados de Debêntures

As Debêntures serão emitidas sem certificado. O extrato fornecido pelo Agente Escriurador (conforme abaixo definido) servirá como comprovante de titularidade das Debêntures, na forma disposta no parágrafo 1º do art. 27, parágrafo 3º do art. 35 e parágrafo 2º do art. 71, todos da Lei n.º 6.404/76. Adicionalmente, será expedido pelo SND o “Relatório de Posição de Ativos”, acompanhado de extrato em nome do Debenturista (conforme acima definido), emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



III.16. Agente Escriturador

O Agente Escriturador será o Banco Bradesco S.A ("Agente Escriturador"), instituição financeira, com sede na "Cidade de Deus", Vila Yara, Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12.

III.17. Banco Mandatário

O Banco Mandatário será o Banco Bradesco S.A ("Banco Mandatário"), acima qualificado.

III.18. Preço de Subscrição e Integralização

O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada de forma *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento da integralização das Debêntures, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Preço de Subscrição").

III.19. Remuneração

III.19.1. Juros Remuneratórios

As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, observado o disposto na Cláusula III.19.2 abaixo, equivalentes a 100% (cem por cento) da taxa média diária de juros dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros, "CDI "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* de 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis ("Spread") ("Remuneração").

A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão, ou da data do vencimento de juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. A Remuneração, das Debêntures foi definida em processo de *bookbuilding*, estabelecendo-se um o *Spread* de 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis.

O processo de *bookbuilding* consistiu na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures da Emissora em diferentes níveis de taxa de juros. A taxa de juros final foi equivalente à menor taxa oferecida pelos investidores para lotes de Debêntures cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Debêntures. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da Emissora fixou o *Spread* sobre a Taxa DI, utilizando-se dos poderes para deliberar sobre determinadas condições da 1ª Emissão de Debêntures da Emissora, que lhe foram delegados na AGE.



III.19.2 Periodicidade de Pagamento da Remuneração

A Remuneração das Debêntures será paga em 4 (quatro) parcelas semestrais e sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento em 5 de maio de 2002 e o último, em 5 de novembro de 2003, por ocasião do vencimento das Debêntures.

A Remuneração será calculada diariamente, de forma exponencial e cumulativa, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento, tomando-se por base a Taxa DI divulgada no dia, acrescida do *Spread*, até a data do pagamento da primeira parcela da Remuneração, no caso da primeira parcela da Remuneração, e, a partir daí, acumulada diariamente no período compreendido entre duas datas consecutivas de vencimento da Remuneração.

III.19.3 Fórmula de Cálculo da Remuneração.

$$J = VN \times \left\{ \left[\prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

Onde:

J = valor da Remuneração a ser paga nas datas de seus respectivos vencimentos;

VN = valor nominal, ou saldo do valor nominal, expresso em reais (R\$) por Debênture;

$\prod_{i=1}^{i=f}$ = produto dos i termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido); com i variando de 1 até f.

f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização.

FI = fatores de remuneração, verificados nos f dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[\left(\frac{CDI \text{ CETIP}}{100} + 1 \right)^{\frac{di}{252}} \right], \text{ onde:}$$



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



CDI CETIP = taxa média diária de depósitos interfinanceiros – DI de um dia – extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano;

dj = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa CDI CETIP;

S = fator do spread calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left(\frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}}$$

, onde:

s = spread de 1,80% ao ano, base 252 dias úteis; e

du = número de dias úteis de cada Período de Capitalização.

Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos Períodos de Capitalização subsequentes, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 dias corridos após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar a comunhão dos Debenturistas (os "Debenturistas") para, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia de Debenturistas") deliberarem, em conjunto com a Emissora, a respeito do novo critério de Remuneração a ser utilizado, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 7/99 e/ou a regulamentação aplicável, sendo facultado à Emissora, caso discorde da deliberação da Assembleia de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da Assembleia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures em circulação em cronograma estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures, vigendo até o resgate o critério de Remuneração deliberado pela



16



referida Assembléia de Debenturistas. Até a deliberação do novo critério de Remuneração será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

III. 20. Amortização Programada

As Debêntures serão amortizadas em 02 (duas) parcelas anuais, sendo a primeira devida em 05 de novembro 2002 e a segunda devida na Data de Vencimento. As amortizações correspondentes serão devidas nas seguintes datas e proporções:

Data da amortização	Percentual de amortização
05.11.2002	50% do valor nominal
05.11.2003	saldo do valor nominal

Cláusula IV Demais Características das Debêntures

IV.1. Aquisição das Debêntures Pela Emissora

IV.1.1. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá adquirir Debêntures, da presente Emissão, em circulação, a qualquer tempo, por preço equivalente ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76. A aquisição parcial das Debêntures será realizada mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário.

As Debêntures que vierem a ser adquiridas pela Emissora nestes termos poderão permanecer em sua tesouraria, ser canceladas ou ser recolocadas no mercado.

IV.1.2. Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário poderá declarar, desde que autorizado por deliberação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos detentores das Debêntures em circulação no mercado, reunidos em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura, e a Emissora obriga-se ao pagamento do valor nominal unitário das Debêntures acrescido da Remuneração aplicável até a data do efetivo pagamento, e de encargos moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* até a data do efetivo pagamento, em até 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento de comunicação por escrito nesse sentido do Agente Fiduciário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:



- a) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a Emissora ou suas subsidiárias cujo montante possa, de qualquer forma, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou suspenso, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da Emissora previstas na presente Escritura;
- b) pedido de concordata formulado pela Emissora;
- c) decretação ou pedidos reiterados de falência da Emissora;
- d) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na Escritura, caso tal descumprimento não seja sanado em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, inclusive, mas sem limitação, das obrigações de natureza pecuniária;
- e) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplemento contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura;
- f) redução da participação acionária da Santo Estevão Mineração e Participações Ltda. ("Santo Estevão") na Companhia que resulte na perda do controle acionário da Companhia pela Santo Estevão.

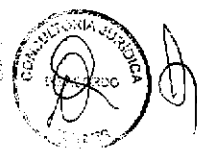
IV.2. Dos Pagamentos e Encargos Moratórios

IV.2.1. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes ao principal, Remuneração e encargos moratórios, a que fazem jus as Debêntures, serão efetuados pela Emissora, por intermédio do SND, administrado pela ANDIMA, e operacionalizado pela CETIP, e, no Banco Mandatário, para os Debenturistas que não estiverem vinculados ao referido sistema.

IV.2.2. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábados e domingos.



IV.2.3. Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, o débito em atraso ficará sujeito a multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento), além da Remuneração estabelecida nesta Escritura, acrescida de 1% (um por cento) ao mês, a título de juros moratórios, calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

IV.2.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias, relativas às Debêntures, devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de rendimentos após a data do vencimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até referida data.

IV.3. Das Notificações

Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:
Planner Corretora de Valores S.A.
Avenida Paulista nº 2.439 – 11º andar
Cerqueira César – 01311-300 São Paulo / SP
Tel.: (11) 3061-9444 ramais 459 / 467 / 472
Fax: (11) 3060-9575
At.: Departamento de Agente Fiduciário

Para a EMISSORA:
CP Cimento e Participações S.A.
Praia de Botafogo, n.º 300, 10º andar, ala "A" parte
Rio de Janeiro – RJ CEP: 22259-900
Telefone: (021) 2559-6300
Fac-símile: (021) 2551-9006
At.: Sr. Demétrio José Costa Martins Simões



Para o BANCO MANDATÁRIO:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, sem número
Prédio Novíssimo, 3º andar
Vila Yara - CEP 06029-900
Osasco - SP
Tel: (11) 3684.8208
Fax: (11) 3684.8255
At: Sr. Farley Menezes da Silva

Para o AGENTE ESCRITURADOR:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, sem número
Vila Yara - Osasco - SP
CEP 06029-900
Tel: (11) 3684.3749
Fax: (11) 3684.5093
At: Sr. José Donizetti de Oliveira

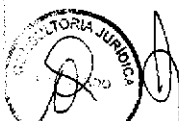
Para a CETIP:

CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
SND - Sistema Nacional de Debêntures
Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar
Centro - CEP 01009-000
São Paulo - SP
Tel: (11) 3111.1596
Fax: (11) 3115.1664

Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile ("answer back"), via e-mail ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins aqui previstos, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em 48 (quarenta e oito) horas após o envio da mensagem.

IV.3.1. Publicidade



Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, excetuando-se as publicações dos anúncios de início e de encerramento da distribuição pública das Debêntures, que se darão em conformidade com o artigo 25 da Instrução CVM nº13/80, no jornal "A Gazeta Mercantil", deverão ser objeto de aviso mediante publicação no jornal "A Gazeta Mercantil" e "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", veículos em que a Emissora realiza as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76, observados os prazos legais e aqueles estabelecidos neste instrumento, devendo a Emissora avisar, tempestivamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

Cláusula V
Obrigações Adicionais da Emissora

V.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- a) dentro de até, no máximo, 90 (noventa) dias após o término do semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- b) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;
- c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas, pela Instrução CVM nº 202/93 nos prazos previstos na citada Instrução;

V.2. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

V.3. Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, bem como fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado.

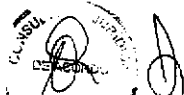
V.4. Manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar um eficiente tratamento aos titulares das Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço.

V.5. Informar imediatamente ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer dos eventos citados na Cláusula IV.1.2. Vencimento Antecipado".

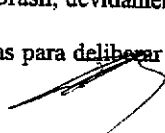
V.6. Proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações anuais.

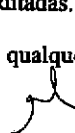
V.7. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, devidamente auditadas.

V.8. Convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das











matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão, caso o **Agente Fiduciário** não o faça.

V.9. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos tanto à CVM como ao Agente Fiduciário, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas pela CVM.

Cláusula VI **Do Agente Fiduciário**

VI.1. Nomeação

A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Planner Corretora de Valores S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

VI.2. Declaração

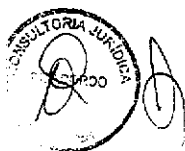
O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o Artigo 66, parágrafo 3º, da Lei n.º 6.404/76, e o Artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83, para exercer a função para a qual neste ato é nomeado;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo, integralmente, os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e
- e) estar ciente da Circular nº 1.832 de 31/10/90 do Banco Central do Brasil.

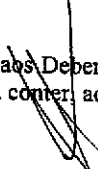
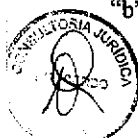
VI.3. Deveres do Agente Fiduciário

Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;



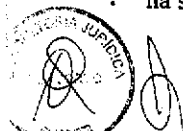
- b) renunciar à função na hipótese da superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondências e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na presente Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou equívocos constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) verificar a regularidade da constituição das garantias reais e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, caso tais garantias venham a ser constituídas, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- i) intimar a Emissora a reforçar a eventual garantia dada, se for o caso, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede ou estabelecimento principal da Emissora;
- k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- l) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por duas vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicações constantes desta Escritura;
- m) comparecer à Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- n) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, "b" da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:



- eventual omissão ou equívoco, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora ;
- alterações estatutárias, na Emissora, ocorridas no período;
- comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- resgate, amortização e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- constituição e aplicações do fundo de amortização de Debêntures, quando for o caso;
- acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures da presente Emissão.

o) colocar o relatório de que trata o inciso anterior à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- na sede da Emissora;
- no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- na CVM;
- nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures;



p) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicações constantes desta Escritura, e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na letra "o" desta cláusula;

q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora e à instituição prestadora de serviços de Debêntures escriturais;

r) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes da presente Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;

s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos e enviando comunicação de igual teor:

- à CVM;
- às Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

t) No caso de inadimplemento da Emissora, de acordo com a Instrução CVM nº28 de 23 de novembro de 1983, o Agente Fiduciário deverá usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

(i) declarar, observadas as condições desta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar os seus valores de principal e acessórios;

(ii) exercer as garantias outorgadas, aplicando o produto no pagamento, integral ou parcial, dos Debenturistas;

(iii) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais.

(iv) tomar qualquer providência necessária para que os Debenturistas realizem seus créditos;

(v) representar os Debenturistas em processos de falência, concordata, liquidação judicial ou extrajudicial da Emissora;

O Agente Fiduciário poderá exercer a atribuição prevista no item (i), da letra "t" desta cláusula, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, respeitando o estipulado no "caput" do item IV.1.2.



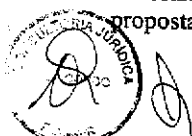
O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (i) a (iv) da letra "t" desta cláusula se, convocada a Assembleia de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação. Na hipótese do item "v", será suficiente a deliberação por maioria das debêntures em circulação.

u) O Agente Fiduciário verificará a ocorrência de quaisquer das hipóteses dos eventos de vencimento antecipado determinados na Cláusula IV.1.2 desta Escritura.

VI.4. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, remuneração paga da seguinte forma:

- a) Parcelas semestrais no valor de R\$5.000,00 (cinco mil Reais), sendo a primeira devida 15 (quinze) dias após a obtenção de registro de emissão expedido pela CVM, e as seguintes no mesmo dia e mês dos semestres seguintes.
- b) A remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- c) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da taxa de implementação de serviços, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata-die* se necessário;
- d) A remuneração não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, conforme descrito no item 6 desta Cláusula. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;
- e) Todas as despesas com procedimentos legais, em caso de inadimplência da Emissora, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele intentadas no



exercício de sua função, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura;

g) A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda, de acordo com as alíquotas vigente nas datas de cada pagamento; e

h) O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

VI.5. Substituição

VI.5.1. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário.

VI.5.2 O Agente Fiduciário substituto fará jus às mesmas condições de remuneração estabelecidas para o Agente Fiduciário no item VI.4 desta Cláusula.



VI.5.3. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro-rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao Agente Fiduciário substituto como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.

VI.5.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

VI.5.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

VI.5.6. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

VI.5.7. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento desta Escritura, devendo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

VI.5.8. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da lavratura desta Escritura ou do eventual aditamento relativo à substituição do Agente Fiduciário, no caso do Agente Fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor.

VI.5.9. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emitidos pela CVM.

VI.6. Despesas do Agente Fiduciário

VI.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos.



VI.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 3 (três) dias úteis, e será depositado em conta-corrente a ser fornecida pelo Agente Fiduciário, após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

VI.6.3. As despesas a que se refere este item 6 compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões; e
- c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções.

VI.6.4. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma deste item, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

Cláusula VII

Da Assembléia de Debenturistas

Os titulares das Debêntures poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

VII.1. A Assembléia de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou, ainda, pela CVM. Aplicar-se-á à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

VII.2. A Assembléia de Debenturistas poderá, pelo voto de titulares de dois terços, no mínimo, das Debêntures em circulação, aprovar as modificações nas condições das Debêntures propostas pela Emissora.

VII.3. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture em circulação terá direito a um voto, adunada a constituição de mandatário, Debenturista ou não.



VII.4. Será facultada a presença de representantes legais da Emissora nas Assembléias de Debenturistas.





VII.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia de Debenturistas, ainda que não a tenha convocado, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula VIII
Do Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

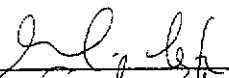
Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o assinam.

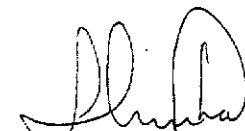
São Paulo, 17 de dezembro de 2001.



CP CIMENTO PARTICIPAÇÕES S.A.
Demétrio José Costa Martins Simões e André Adrien Theodore Bucas


PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.
Artur Martins de Figueiredo Viviane A. F. dos Santos



TESTEMUNHAS:

1) 
Nome: Sueli de Lencastre
CPF: 053.179.818-67


Nome: Lucineia da Cunha
CPF: 115.795.498-70

Esta folha faz parte integrante do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da CP Cimento e Participações S.A.

